



ROÇA CAIÇARA

Agroecologia e Água | Litoral Norte



Luis Felipe

Sítio Roça Marinha
Ubatumirim - Ubatuba

Roça no Ubatumirim se destaca por produtividade e conservação ambiental, exemplo de agroecologia

O Grupo de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (GT AgroSAF), do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN), visitou uma agrofloresta no Sítio Roça Marinha, Ubatumirim, Ubatuba, em 22 de março, implementada e manejada pelos irmãos agricultores Lucas Sabiá e Luís Felipe. “Na área, observamos o sucesso na produtividade e conservação em terras em torno de 500m², com variedade de dar água na boca”, dizem o engenheiro florestal Silas Barsotti e a diretora da Associação dos Moradores e Amigos da Folha Seca, em Ubatuba, Milena Franceschinelli, ambos membros do GT AgroSAF.

Ubatumirim é a terra da Festa da Mandioca, onde produzir alimento é tradição que nutre a cultura caiçara. Conforme o GT, as roças tradicionais e os demais SAFs mais diversificados auxiliam na conservação das águas e do solo. “Temos a natureza em equilíbrio, no qual os agricultores familiares produzem diversos alimentos saudáveis e atuam como guardiões da biodiversidade, do solo e das águas em territórios tradicionais da Mata Atlântica”.

A produtividade agrícola e o beneficiamento artesanal tem elevada qualidade no Ubatumirim. A farinha de mandioca produzida na comunidade tem reconhecimento em toda cidade. Com o escoamento do produto pela rodovia SP-55 e o benefício da eletricidade, a produção associativa foi ampliada e conta com a Unidade de Beneficiamento de Polpas de Frutas em operação desde 2015, onde houve reunião com parte dos agricultores da comunidade, da Associação de Bananicultores do Ubatumirim.

Os participantes da reunião foram unânimes quanto à emergência de defender e garantir as diferentes formas de cultivo tradicionais. “A informalidade, as questões fundiárias, grandes distâncias e falta de reconhecimento, lacunas nas legislações existentes e o número elevado de exigências legais ambientais acabam por desestimular a produção de alimentos na cidade e afastam a sustentabilidade e a segurança alimentar. Sem simplificação, ampliação do número dos técnicos e estrutura pública para extensão rural, dificilmente essa realidade poderá melhorar”, alerta o GT AgroSAF, que estuda a apresentação de documento público, formalizando apoio às demandas da comunidade do Ubatumirim.

CAR-SP - Inscrição prorrogada

O novo prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR-SP) para todos os imóveis rurais é 31 de dezembro de 2018, conforme Decreto Federal 9.395/2018. O portal do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR-SP) auxilia proprietários, posseiros, técnicos e cidadãos em geral interessados no CAR e no Programa de Regularização Ambiental (PRA) de São Paulo. O cadastro eletrônico dos imóveis rurais é obrigatório e gratuito. Pequenas propriedades e posses têm apoio do poder público para inscrição. O SiCAR-SP também compreende regularização ambiental dos imóveis que precisam atender às exigências em áreas sob regime de proteção ambiental: Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e Áreas de Uso Restrito. O sistema calculará a recomposição e oferecerá opções para adequação.

Segurança Alimentar e Nutricional

Soraia Ramos e Antônio Marchiori

A comunidade internacional reconhece o direito humano ao acesso permanente à água e à alimentação, em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável. Entretanto, o Relatório Anual “Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (2017)”, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, estima que 815 milhões de pessoas estejam em condições de subalimentação. O conceito Segurança Alimentar e Nutricional abrange o acesso a alimentos de qualidade biológica, sanitária e nutricional.

A produção na roça deve estar amparada em sistemas sustentáveis, como as formas de produção de alimentos orgânicos e com uso de práticas agroecológicas que respeitem os recursos da natureza: o solo, a água e a biodiversidade. Cada região tem a sua forma diferenciada de se alimentar e essas diferenças devem ser respeitadas.

Políticas públicas de apoio à produção agrícola familiar de produtos diversificados podem contribuir para melhorar o acesso à alimentação de qualidade. Exemplo importante é o Programa Nacional Alimentar Escolar (PNAE).

Graças à lei 11947/2009, Prefeituras devem usar pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo federal à compra de produtos da agricultura familiar, dando preferência à produção local e regional. Essa política pública ajuda na geração de trabalho e renda nos municípios e contribui ao acesso de alimentos de melhor qualidade. A compra local dos alimentos da agricultura familiar estimula a substituição de produtos industrializados por comida de verdade no cardápio dos alunos e fortalece a agricultura familiar.

A comercialização em circuitos curtos estimula a diversificação da produção – o que beneficia toda a população local, que passa a ter acesso a alimentos que viajaram menores distâncias. Esse tipo de comercialização permite a prática de preços mais justos e alimentos mais preservados.

Em 2016, Ubatuba recebeu o prêmio Josué de Castro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. O reconhecimento decorreu da grande diversidade de alimentos locais e da compra de elevada quantidade de produtos dos agricultores familiares locais para a merenda escolar.



Silas Barsoffi

Cultivo de mamão, banana, feijão guandu, abacaxi, inhame, mandioca - Sítio Roça Marinha

Você tem fome de quê?

Mudanças nas formas de produção de alimentos que aconteceram nos últimos anos estimularam uso de grandes quantidades de combustível e agrotóxico. Os cultivos são planejados para único tipo de produto. A produção em larga escala facilitou o desenvolvimento de alimentos industrializados de pouca qualidade nutritiva e baixo custo.

A obesidade infantil é hoje relativamente comum. Na região sudeste do Brasil, o acesso à alimentação de qualidade é mais difícil. Crianças desde cedo são bombardeadas por propaganda ao consumo de alimentos industrializados. O fortalecimento da Agricultura Familiar local e regional ajuda a promover maior oferta de alimentos diversos e de boa qualidade.

A Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas pode dar grande contribuição ao aumento da Segurança Alimentar e Nutricional na nossa região: “De onde vem o alimento? Como ele é produzido? Por que preferir a produção local? Como devo alimentar-me para ter mais saúde?”

Bons hábitos alimentares podem e devem ser ensinados em nossas escolas e mantidos pelos pais dos alunos em suas casas. Todo consumidor tem papel decisivo para estimular a agricultura familiar de nossa região e a produção de alimentos orgânicos. Busque mais informações sobre como se alimentar melhor e saber como é produzido o que você come.

Soraia Ramos é pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola. Antônio Marchiori é assistente agropecuário da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), ambos ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Roça Caiçara - Informativo
Comitê de Bacias Hidrográficas do
Litoral Norte (CBH-LN)
Rua Dr. Esteves da Silva, 510,
Centro-Ubatuba (SP)
(12) 3833-9702 - cbhlnorte@gmail.com

Edição 3 (Julho - 2018)
Editoração: Nívia Alencar - MTb 21.218
Diagramação: Frank Constancio - MTb 28.786
nscomunicacao.agencia@gmail.com
Fone: (12) 3893-1811



Povos e comunidades tradicionais do Litoral Norte

A resistência entre urbano e ilhas de conservação

O Litoral Norte de São Paulo sempre foi palco de transformações, desde o início de seu processo de colonização, as quais provocaram mudanças na cobertura e no uso da terra, mas foi a partir de meados do século XX que as modificações na paisagem passaram a acontecer de forma frequente e intensa.

A região apresenta crescimento populacional superior à média do Estado principalmente devido a processos migratórios influenciados por fatores políticos e socioeconômicos de escala nacional e local. Esse crescimento populacional foi impulsionado pela ampliação do acesso à região, tanto marítimo como terrestre, bem como pela construção da BR-101, pelos investimentos no porto de São Sebastião, pelos setores turístico e o da construção civil, e pela chegada da Petrobras na região. Como consequência, o Litoral Norte apresenta rápido crescimento e adensamento de áreas urbanas, chegando a triplicar em área nos últimos 30 anos.

Em função dos atrativos urbano-industriais, da elevação do preço da terra devido à especulação imobiliária e dos diversos fatores que influenciaram o êxodo rural em todo país desde a segunda metade do século XX, a população rural tradicional foi deslocada para áreas urbanas, principalmente marginalizadas e de risco ambiental e social.

A substituição de usos da terra por densas áreas construídas é considerada uma das mais impactantes transições de uso da terra, por ser irreversível, de difícil planejamento e gestão, e com consequências que ultrapassam os limites das áreas urbanas. A taxa do crescimento das áreas construídas na região tem sido maior que a taxa de crescimento populacional, em função das instalações ligadas ao turismo, o que resultou em diversos prejuízos ambientais, como supressão da vegetação nativa, impermeabilização do solo, mudanças microclimáticas, e poluição dos corpos d'água.

Para conter os impactos gerados pelo crescimento urbano, bem como facilitar a manutenção do crescimento do setor turístico e petrolífero, diversas leis e planos de uso da terra foram publicados no final do século XX e início do século XXI, que se sobrepõem com diferentes finalidades. Atualmente a região notabiliza-se com relação à quantidade de áreas protegidas e por apresentar um dos mais bem conservados remanescentes de Mata Atlântica do país. Por outro lado, a região apresenta mais de 80% do seu território impossibilitado para o assentamento humano, além da

sobreposição de leis conservacionistas com territórios tradicionais tombados, resultando em diversos conflitos de uso da terra e reafirmando a especulação imobiliária.

Esse processo histórico favoreceu o crescimento do uso urbano e a manutenção de grandes áreas destinadas à conservação ambiental, deixando de lado os usos rurais remanescentes na região, mantidos principalmente pelas comunidades tradicionais. Desta forma, os territórios tradicionais, caçaras, indígenas, quilombolas e de agricultores familiares, são a resistência a esse processo dicotômico de uso da terra no Litoral Norte, como em diversas outras regiões do país.

O conceito de território envolve, não somente a questão espacial, mas principalmente o conjunto de relações sociais, políticas e econômicas que estas comunidades estabelecem, e transcende a questão de direitos de uso da terra. A demarcação dos territórios destes povos é urgente e essencial para manutenção destas populações, sua reprodução física, cultural e econômica, sendo que a maioria das comunidades tradicionais ainda aguarda este reconhecimento na região do Litoral Norte.

As comunidades tradicionais e a agricultura familiar na região podem colaborar muito com a conservação da biodiversidade e dos corpos d'água, com a diversidade de usos de solo e paisagem, com a aplicação de práticas agroecológicas, e com o uso sustentado dos ecossistemas naturais. Além disso, sendo estas comunidades os remanescentes do uso agrícola na região, a permanência saudável destes povos beneficia todos os moradores e visitantes da região, na medida em que promovem a conservação ambiental e a segurança alimentar, devido à produção de alimento saudável, cultivado localmente.

Neste cenário atual de ampliação e construção de grandes empreendimentos, o crescimento das áreas urbanas continuará tanto em expansão como em adensamento, e com ele, a multiplicação das diversas demandas ambientais e sociais que este uso exige. A presença das comunidades tradicionais e da agricultura familiar pode minimizar o impacto gerado pela urbanização, pode colaborar com a produção local de alimento para atender parte da demanda urbana, pode manter a diversidade paisagística e colaborar com a efetividade das áreas protegidas.

Por Beatriz Pierri Daunt, doutoranda em geografia pela Unesp, mestre em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar e ecóloga pela Unesp



Senhor Borges,
São Sebastião - 1954

A REMO

Quando vejo uma canoa riscando o canal,
é impossível não lembrar do meu avô Sebastião.
Ele só usou canoa, não aprendeu a dirigir,
nem carro, nem caminhão.

Isso quem fez foi meu pai,
para o meu avô a canoa,
sempre a remo,
foi seu transporte a vida toda.

Para Santos ou Ubatuba,
as viagens mais longas,
tinha dois ou três companheiros,
que o ajudavam no remo.

Se saía para um serviço em Ilhabela,
ou na Costa Sul, tomava café com abacate
e remava até o destino, sempre só!
Uma imagem linda de se ver!

As canoas ficavam na Praia da Frente,
algumas viradas de boca pra baixo,
protegidas da chuva e do tempo,
embaixo dos chapéus de sol!

Tinha uma conversa assertiva,
"Hoje o mar está abrindo a boca,
vai comer gente"
"O vento à tarde vai trazer galhos
de Barequeçaba para São Francisco"

Nas minhas lembranças de menina,
ainda guardo toda aquela sabedoria,
que nunca estava preocupada
com o preço da gasolina.

MARIA ANGÉLICA DE MOURA MIRANDA

CBH-LN - Agenda

Tramitação: O Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, dia 28/06, em Ilhabela, aprovou a revisão do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2018 (ano-base 2017), assim como dois projetos para concorrer a financiamento do Fehidro (Fundo Estadual dos Recursos Hídricos) das Prefeituras de São Sebastião e Caraguatatuba, voltados à drenagem e rede coletora de esgoto, na ordem de R\$ 701,4, divididos em partes iguais aos tomadores. Também foi aprovada transferência de R\$ 160 mil divididos entre os Comitês de Bacias da Baixada Santista (CBH-BS), e do Ribeira de Iguape (CBH-RB) para a prática de dois projetos de educação ambiental Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos, ações de responsabilidade da Vertente Litorânea Paulista (CBH-LN, CBH-BS e CBH-RB).

CT e GT - O CBH-LN é formado por Câmara Técnicas e Grupos de Trabalhos, cujas reuniões são mensais e abertas ao público: CT Saneamento; CT Educação Ambiental; CT Planejamento e Assuntos Institucionais, GT Cobrança da Água; GT Agroecologia e Sistemas Agroflorestais. As reuniões são destinadas a cumprir o Plano de Bacias Hidrográficas, instrumento de gestão do Comitê. A meta do CBH-LN é tirar o Plano de Bacia do papel.

Vertente Litorânea Paulista - A VLP realiza oficinas regionais para o Projeto de Fortalecimento da Vertente Litorânea Paulista (fase 2). As oficinas já foram realizadas em Registro, Vale do Ribeira, dia 15/06, e Santos, na Baixada Santista, dia 26/06, No Litoral Norte será dia 2 de agosto. Ao final deste ano, o projeto finaliza com encontro regional, no litoral sul, onde serão concluídas as proposituras para execução.

Encontro Regional de Agroecologia. O GT Agro e SAfs planeja encontro regional neste segundo semestre sobre Agroecologia (tema central). A programação promete ser de grande interesse a agricultores e sociedade em geral.

A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) foi instituída pela lei 16.684, de 19 de março de 2018 para promover e incentivar o agroecologia e produção orgânica no Estado de São Paulo. A PEAPO será implementada pelo Estado em cooperação com União, Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas. Serão criadas e fortalecidas instâncias de gestão, parcerias, participação, financiamento, controle e protagonismo social. O Poder Executivo deverá elaborar o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PLEAPO, de forma participativa e democrática, em 180 dias, após a publicação da regulamentação desta lei. A Câmara Setorial de Agricultura Ecológica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo passa se espaço de controle social, gestão e participação da PEAPO e do PLEAPO.